



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO
EM ETNODESENVOLVIMENTO

Jonas Manoel Pereira de Medina

Cultivo Agroecológico na Agricultura Familiar

Altamira

2018

Jonas Manoel Pereira de Medina

Cultivo Agroecológico na Agricultura Familiar

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade projeto de intervenção, apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado e bacharel em Etnodesenvolvimento.

Carla Giovana Souza Rocha
Orientadora

Altamira – Pará
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M491c Medina, Jonas Manoel Pereira de Medina
Cultivo Agroecológico na Agricultura Familiar / Jonas Manoel Pereira de Medina Medina. —
2018
37 f. : il. color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Etnodiversidade, Campus
Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Carla Giovana Souza Rocha Souza Rocha

1. Palavras-chave: Saberes locais; autossuficiência Alimentar; agroecologia; Amazônia
Paraense.. I. Souza Rocha, Carla Giovana Souza Rocha, orient. II. Título

CDD 641.4

Resumo

O Projeto Cultivo Agroecológico na Agricultura Familiar veio para atender as demandas dos agricultores por práticas de produção sustentáveis a serem desenvolvidas na Transamazônica e elaboradas na perspectiva de melhorar a qualidade dos alimentos a partir da introdução da roça orgânica com a intenção de incentivar a produção, garantindo a autossuficiência alimentar na Comunidade Miguel Gustavo, em Medicilândia, Pará. A proposta foi subsidiada por meio das pesquisas de campo, partindo de entrevistas, conversas e reuniões com os agricultores, além de uso de dados secundários de estatísticas municipais da saúde. Este projeto veio por meio de acordos com as famílias da produção familiar conforme a capacidade que essas bases têm de construir estratégias de fortalecimento de produção diante da ausência do Estado e das fragilidades governamentais. O mesmo prever a implantação de plantios de cacau orgânico, criação de galinha caipira e sistemas agroflorestais, via articulação com as organizações sociais locais.

Palavras-chave: Saberes locais; autossuficiência Alimentar; agroecologia; Amazônia Paraense.

Lista de Siglas

APA (Áreas de Proteção Ambiental)

ATER (Assistência Técnica em Extensão Rural)

CID (Cadastro Internacional de dados)

COPOAM (Cooperativa de Produtos Orgânicos da Amazônia)

CENTRAL (Central dos Produtores Orgânicos da Transamazônica)

CAR (Cadastro Ambiental Rural)

CFR (Casas Família Rural)

FVPP (Fundação Viver Produzir e Preservar)

Fundo Dema (Fundo Dema de Recursos Sustentáveis e biodiversidade)

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

IBAMA (Instituto brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis e meio Ambiente)

LAR(licenciamento Ambiental Rural)

LI (Lei de Incentivo)

LO (Lei Orçamentária)

PNMC (Plano Nacional de mudanças Climáticas)

PIN (Plano de Integração Nacional)

SAFs (Sistema Agroflorestais)

Sstr(Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais)

SCIR (Secretariat Central D´ Iniciatives rurales)

SEMAS (Secretaria de Estado de Meio Ambiente Sustentabilidade)

SEDEME (Secretaria de Desenvolvimento Econômico Mineração e Energia)

Agradecimentos

Primeiramente Deus por ter me abençoado nesta caminhada acadêmica.

A minha mãe Izabel P. de Medina e meu pai Joanin Rigo.

A Dalcírio Wronsky e sua filha Magda que foram pessoas que acreditaram neste trabalho de intervenção.

Ao meu amigo de infância Wagner Damasceno Gerhardt, uma das pessoas que tenho gratidão na minha trajetória de estudante.

Ao secretário de educação de Medicilândia professor Wallas Fernandes da Costa que me acolheu na sua casa onde pude realizar alguns trabalhos de pesquisa inclusive perdendo noites de sono para contribuir com meus trabalhos acadêmicos.

Aos meus ex - eternos Professores e professoras da extinta escola Bom Jesus, e em nome da Professora Zenilde de Lima do Rosário que foi minha regente no estágio de academia; agradeço todos os meus ex- professores da escola A. Lincoln.

Minha gratidão aos meus ex-professores da Escola Francisca Gomes do Santos também por ter feito parte dos trabalhos acadêmicos.

Aos discentes do Curso de Etnodesenvolvimento da turma de 2013, amigos que vou levar eternamente na minha memória e de quem sempre vou lembrar nas minhas orações.

A todos os meus professores e professoras do Curso de Etnodesenvolvimento Assis da Costa Oliveira, Eliane Farias, Francilene Parente, Flavio Bezerra Barros, Gustavo Moura, Rosa Acevedo Marin e William.

A minha orientadora Carla Giovana Souza Rocha.

E a comunidade Miguel Gustavo em nome de todos que participaram direto e indiretamente para a realização desta jornada. Obrigado!

INTRODUÇÃO	8
HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA COMUNIDADE MIGUEL GUSTAVO	9
1.1 JUSTIFICATIVA	12
1.2 PROBLEMÁTICAS LEVANTADAS	13
1.3 AS ALTERNATIVAS AOS AGROTÓXICOS	14
1.4 A IDEIA DO PROJETO	15
1.5 OBJETIVO GERAL	20
1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
2. METODOLOGIA	21
2.1 DETALHAMENTO DAS AÇÕES E ORÇAMENTO	22
2.1.1 Cultivo de cacau	24
a) Preparo da área	24
b) Produção de mudas cacau (<i>Theobroma cacao</i>)	26
c) Tratos Culturais	26
2.1.2 Criação de aves caipira	27
2.1.3 Plantio de banana consorciado com espécie florestal	29
2.1.4 Cultivo e manejo de açaí	30
3. CRONOGRAMA DE AÇÃO	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
APÊNDICE	34

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade Plano de Ação foi pensado e elaborado na perspectiva do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Faculdade Etnodiversidade, do campus de Altamira da Universidade Federal do Pará. A ser implantado na Comunidade Miguel Gustavo envolvendo localidades vizinhas no município de Medicilândia, estado do Pará. Como este curso prevê a articulação do ensino e o fortalecimento das comunidades de pertença dos discentes, buscando a construção de projetos de intervenção a partir do diálogo com as famílias, organizações e instituições locais. Dessa forma juntamente com a comunidade foi construída a presente proposta.

A comunidade Miguel Gustavo foi formada a partir de uma dinâmica de camponeses que vieram para a Amazônia devido à falta de moradias e trabalho nos grandes centros urbanos, à fuga das secas na região nordestina e em razão das tensões agrárias e sociais existentes no Brasil, frutos das contradições do modelo de desenvolvimento definido para o campo. Segundo Chaves:

“Um novo Eldorado, depois do *boom* da borracha, assistimos a partir desse período, um movimento populacional de mais ou menos 2 milhões de pessoas, homens e mulheres, que se dirigiram à Amazônia, em especial para a rota onde a grande rodovia deveria passar. Em três décadas, cidades como Altamira ou Itaituba, no Pará, cresceram cerca de 1000%” (CHAVES, 2011).

Por tanto a comunidade Miguel Gustavo foi construída no processo de expansão da ocupação na Amazônia, precisamente na década de 1970, instaurada pelo ambicioso projeto do Governo Médici, com o Plano de Integração Nacional (PIN), essa integração ocorreu por meio de uma ampla reforma agrária, atendendo uma população que era castigada pela seca no nordeste e por causa da crise do petróleo que afetou os grandes centros - industriais no Brasil e em vários países. como forma de explorar os recursos naturais da Amazônia, o governo continuou com seus planos de expansão econômica construindo estradas rodoviárias com a Rodovia Mário Andreazza, BR 230, conhecida por Transamazônica, com o slogan “integrar para não entregar”, argumentando uma “possível invasão estrangeira”, à custa de suor e sangue das pessoas dizimadas, e posteriormente, deixando o povo em total abandono, fazendo com que os moradores tivessem que pensar em suas

própria organizações e estratégias para manter-se em suas propriedades mesmo sem o prometido apoio do governo da época.

A agrovila Miguel Gustavo é fruto dessa ocupação colonizadora da década de 1970 que ocorreu com incentivo do governo federal no contexto de “grandes obras” para o “desenvolvimento” na Amazônia, por meio de empréstimos junto ao Banco do Brasil, voltados para a produção da monocultura, para a pecuária e cultivos de café, pimenta e cana de açúcar.

As pressões internacionais em relação ao meio ambiente, os vários casos de desrespeito aos direitos humanos, como o caso dos trabalhadores canavieiros de Vila Pacal que não recebiam os salários, o crescimento econômico do país que não resultava em diminuição da pobreza e o endividamento da nação deixava a sociedade insatisfeita e “O Milagre Econômico” não diminuiu a miséria e nem a desigualdade social, mostrando que o Projeto do governo militar estava fadado ao fracasso.

HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA COMUNIDADE MIGUEL GUSTAVO

Assim como em todos os municípios da Transamazônica a Comunidade Miguel Gustavo foi fundada em 1971, no contexto do Plano de Integração Nacional (PIN), por pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil vindas pelo projeto do Governo Ditatorial que tinha como um dos lemas “Terra sem homens para homens sem terras”, para serem assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No referente município de Medicilândia, na vicinal km 100 Norte, na margem esquerda da rodovia Transamazônica, na região Sudoeste do estado do Pará.

Neste sentido, o contexto histórico demonstra a coragem e a determinação de colonizadores como o Senhor Francisco Graciliano e a Dona Maria Brexoulina, ligados à luta da construção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Medicilândia na década 70, que enfrentavam a ditadura e a repressão, tendo que agir por meio da clandestinidade nas organizações sociais, junto a Igreja Católica Apostólica Romana por meio de encontros das Comunidades Eclesiais de bases (CEBS), em época que a liberdade de expressão era proibida e os direitos sociais eram silenciados através do Ato Institucional da Ditadura Militar criado em 13 de

Dezembro de 1968, endurecendo o regime e proibindo as manifestações individuais e sociais .

Entre tantos camponeses vale ressaltar que os pioneiros como seu Honório Dias e Dona Aparecida Dias, foram uns dos primeiros moradores e responsáveis pela abertura da vicinal da comunidade Miguel Gustavo. Estes são lideranças e patrimônio humano vivo da comunidade. Relatou Honório:

Enfrentei a selva junto com Aparecida, não tinha estradas, os (PICS) marcados era a direção, cortei veredas e as estradas não existiam, sofri truculência de soldados, pois tentei entrar com seis companheiros, na sede do (INCRA), mas fomos tirados a ponta pés e por meio de um simples papel de caderno que entreguei ao soldado, fiz as reivindicações ao Presidente General Médici, que os moradores tivessem a dignidade de ter ao menos uma estrada de chão para transportar os alimentos, ele estava na sede do INCRA em Altamira. O mesmo me perguntou a quilometragem e disse nove e no outro dia abriu a vicinal até nove quilômetros e depois da estrada feita os colonos vieram e então um anos depois se iniciou a Vila Miguel Gustavo (Honório, comunicação oral).

A comunidade referida é mais antiga que a sede municipal de Medicilândia e foi por oito anos referência de apoio para motoristas e passageiros, pois era sede dos pesquisadores e funcionários da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), onde fica bem próximo o campo experimental, tem seus extremos ao norte com o município de Prainha, do qual Medicilândia foi desmembrada e ao leste e sul com o município de Brasil Novo, e ao oeste com o município de Uruará. Fica localizado a 90 quilômetros de Altamira e a 10 quilômetros de Medicilândia Fica a Vila Miguel Gustavo, conforme mostra a (Figura 1).

Figura 1 Local de Abrangência de Pesquisa Comunidade Miguel Gustavo



Fonte: Google (2007)

Segundo os próprios moradores são atualmente 56 famílias morando na Comunidade Miguel Gustavo, concentradas em uma área de 140 hectares. Essa vila, bem como outras construídas ao longo da Transamazônica, serviram como ponto de apoio para os colonos, assentados nas glebas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois nos loteamentos não existiam moradias, as casas eram feitas de palhas, madeiras e barros, e pode-se observar que a arquitetura das casas do INCRA, eram construídas no tripé, assoalhos de madeiras e próximas umas das outras para evitar que animais venenosos entrassem, sendo que o material utilizado era retirado da floresta como mostra a Figura 2. As famílias ocupam lotes de solos do tipo terra roxa, terra preta e solos arenosos, nos quais cultivam lavouras como cacau, café e banana (APÊNDICE A). Nos solos roxo e preto predominam a lavoura cacauieira e a criação de animais de pequeno porte como galinhas e porcos, enquanto que nos solos arenosos cultivam cafezais, pastagens e criação de animais como aves, suínos, caprinos, equinos e bovinos.

Figura 2: Vila Miguel Gustavo em 1978.



Fonte: Família Medina

Este projeto de ação foi construído ao longo da minha trajetória acadêmica no Curso de Etnodesenvolvimento para valorização e construção de propostas em prol dos povos tradicionais, que cada vez mais revela a necessidade de reconstruir a valorização das práticas sustentáveis como alternativa frente ao modelo desenvolvimentista do capital.

1.1 JUSTIFICATIVA

O Cultivo Agroecológico na Agricultura Familiar, parte da perspectiva da melhoria da qualidade de vida dos agricultores da Comunidade Miguel Gustavo, através da prática de produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxico e insumos, que cada vez mais, tem afetando a vida e saúde das pessoas. Buscando assim uma produção pautada não só na quantidade, como também na qualidade dos alimentos que serão produzidos, construindo algumas técnicas de produção biológicas, baseada no respeito aos recursos biológicos e no cuidado com meio ambiente. Utilizando técnicas de produção de alimentos que estão se perdendo no modelo contemporâneo que constantemente é influenciado pelo agronegócio, com utilização de insumos e defensivos agrícola, que vem deixando de lado a preocupação com bem-estar e a qualidade do que se produz.

Para Lamarche (1993), a agricultura familiar pauta-se na identidade entre família e exploração, o que significa dizer, que as atividades são realizadas pela e para a família, objetivando sua permanência e seu bem-estar. Neste sentido a exploração é o uso dos frutos que a terra produz a produção orgânica dos alimentos, não se retrata nesse termo a exploração predatória de destruir os recursos biológicos que retira o camponês da terra, se valorizarmos a produção familiar com diversidade de alimentos a permanência no campo será mantida é que esta proposta foi construída juntamente com os moradores da comunidade, levando em consideração as informações e as necessidades vivenciadas pelos mesmos.

Portanto, a ação desse projeto busca produzir alimentos saudáveis e de qualidade, através do cultivo agroecológico visando o fortalecimento na agricultura por meio de práticas sustentáveis de valorização e permanência do camponês na terra, assim como enfatiza Schneider, a importância da agricultura familiar por desenvolver culturas variadas e que, apesar da pequena escala, distinguem-se por sua qualidade e por sua característica altamente distribuída (SCHNEIDER, 2007).

Neste sentido o projeto vem sendo construído pautado no fortalecimento da economia solidaria e sustentável da agricultura familiar, buscado o Etnodesenvolvimento, que emergiu em (1981), no debate Latino Americano em contraponto as teorias e ações desenvolvimentistas que afetava a vida dos povos

tradicionais e o etnocídio de quilombolas, sociedades indígenas e agricultores familiares.

Uma referência importante é Stavenhagen (1985) que propôs o Etnodesenvolvimento como modelo Alternativo de Desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Partindo assim de um espírito comunitário em que seja possível a partilha dos alimentos pela troca de uma colheita. Stavenhagen Afirma:

Nessa acepção, desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de “progresso” no sentido usual do termo: PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade, etc. Na definição de o Etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses. (Apud, Azanha,2002:31).

Nesse sentido, o Projeto Cultivo Agroecológico na Agricultura Familiar, se faz necessário cada vez mais, buscar projetos pautados na perspectiva da melhoria e da qualidade de vida das pessoas, a partir das necessidades e das expectativas levantadas pelos mesmos. Buscando um desenvolvimento voltado para responsabilidade ambiental que valoriza e fortaleça as organizações locais e a permanência da agricultura familiar.

1.2 PROBLEMÁTICAS LEVANTADAS

Por meio de um levantamento local, juntamente com os moradores da Comunidade Miguel Gustavo, foram constatados variedades de agrotóxicos e fertilizantes de diversas marcas para serem aplicadas nas fungicidas e herbicidas. Este uso torna-se uma prática preocupante e perigosa, uma vez que expõe em risco a saúde dos mesmos e aqui coloquei relatos dos moradores que passaram por problemas e necessitaram de frequentar os postos de saúde e o hospital da região. Relatado por um campeador de gado:

“O meu patrão pediu que eu fosse colocar veneno nas arvores de lacres e de jambos que estava matando as pastagens, a bomba de veneno era motorizada, tomei banho de Handaps, fiquei muito gripado, tomei bastante leite de vaca e recuperei-me.” (Binha, comunicação oral).

A agricultora Sirley Damasceno Gerhardt revela em relação aos armazenamentos inadequados:

Meu esposo deixou os recipientes de venenos no galpão, uns dos litros caíram e bem perto do líquido caído, debulhei milho, quando foi a noite perdi a fala e o médico disse que foi uma intoxicação que gerou uma forte alergia. (Sirley, comunicação oral).

Esses recipientes são armazenados em lugares inadequados, ficando em barracões cheios de cereais e grãos ou expostos ao tempo e sobre o solo, contaminando as nascentes os igarapés, lagos e mananciais.

Estes relatos reforçam a necessidade de trabalhar a ideia dos cultivos orgânicos dos alimentos produzidos pelos moradores da referida comunidade município.

O consumo de produtos contaminados traz problemas cardíacos, respiratórios, encefálicos, problemas cancerígenos e de pele. Esses problemas de contaminação são enfrentados com diversas práticas, como as agroecológicas. Segundo Stedile:

Um dos objetivos da proposta é utilizar técnicas que não façam o uso de agrotóxicos, que contaminam os alimentos e a natureza. Essas técnicas tem recebido em geral, a denominação de práticas ecológicas, embora, em cada país há expressões diferenciadas para explicar os mesmos modos de produção (STEDILE, 2010, p.60).

Assim como pensa Stedile, esta é uma proposta que tem como objetivo fazer frente a uma economia expansionista do agronegócio partindo da visão de contexto econômico baseada na produção sustentável.

1.3 AS ALTERNATIVAS AOS AGROTÓXICOS

As alternativas aos agrotóxicos estão ligadas às práticas agroecológicas e orgânicas. As alternativas que serão apontadas neste trabalho e serviram de inspiração para o projeto são fruto das experiências e práticas dos agricultores e agricultoras da região, destacando-se as socializadas pelos agricultores Dalcírio Wronski e Davi Valente.

Nas pesquisas de campo, o agricultor Dalcírio Wronski passou uma receita para produzir biocalda utilizada como fertilizante natural, que leva os seguintes ingredientes: 100 cachos de bananas, 30 Kg de cinza, 400 litros de urina bovina, e 100 litros de água. Estes materiais são deixados em recipiente fechado, mexendo de

três em três horas e após vinte e cinco dias está pronto para adubar lavouras e hortas. O produtor afirmou que não existem receitas prontas e que têm várias técnicas para se produzir o bio-orgânico de forma consciente.

Segundo o agricultor Davi Valente, o mesmo passou a cultivar cacau em uma antiga área de cana de açúcar, aonde o solo era bastante seco devido ao uso dos agrotóxicos e mecanização. O agricultor insatisfeito com a produção passou a fazer adubação com bio-peixe, na qual obteve ótimos resultados de produção. O bio-peixe é proveniente do sistema semi-intensivo de criação de peixes e são excreções e restos de alimentos que se decompõem nos fundos dos tanques de peixes em que se encontram microrganismos aquáticos, enxofre, argila e calcário, magnésio, alumínio, potássio, cálcio entre outros componentes, devido a mistura de milho, ração de ossos, entre outros produtos utilizados para a alimentação dos peixes.

1.4 A IDEIA DO PROJETO

Através da participação e da consulta aos agricultores quanto às práticas convencionais de plantios e criação de pequenos animais a partir de suas experiências, surgiu a ideia de diversificar a produção para fortalecer a agricultura familiar e garantir a autossuficiência alimentar, utilizando os recursos da rica fauna e flora da floresta Amazônica de forma ecológica e sustentável na agricultura, respeitando o meio ambiente e as relações sociais da comunidade.

Este projeto foi idealizado segundo a cultura da comunidade mencionada, respeitando as crenças envolvidas em torno dos cultivos, como o plantio de plantas para proteger as outras espécies de males que venham causar danos nas lavouras e nos animais, e rezas que matam pragas das lavouras, pois, muitos agricultores rejeitaram o uso de inseticidas por serem ineficazes para combater pragas nas lavouras e passaram utilizar rezas, como relata a benzedeira Maria Augusta da Silva:

Muitos já vieram aqui, se benzer, por estar quebrantado, coluna fora do lugar, peito aberto e para rezar nas roças, também muitos me criticaram, já me chamaram de feiticeira, macumbeira e nem sei o que é isso. Tem gente que não pisava no meu quintal mas na hora que viu suas pastagens morrerem pediu para eu benzer, benzi e as pastagens recuperaram (Benzedeira Maria, comunicação oral).

Este relato mostra que as relações sociais são ricas e que é necessário a valorização destes conhecimentos que são de suma importância para a evolução social dos povos tradicionais.

Assim, baseado na concepção do Etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, visa-se fortalecer os vínculos sociais da pertença camponesa para construir alternativas aos modelos desenvolvimentistas de produção. O modelo atual traz fragilidades econômicas na região do Sudoeste paraense, no qual os produtos das *commodities* tem preços muito baixos em virtude dos agricultores não terem boas condições e incentivos por parte do governo e do estado. Assim, o projeto de intervenção foi para a verticalização da produção da agricultura familiar, a qual necessita de valorização dos alimentos e de sua qualidade para pôr na mesa da população.

Baseado na lei de 29 de dezembro de 2009 do Plano de Política Nacional de mudança no clima, é prevista uma redução de 17% de massa de carbono atmosférico no Brasil. E na discussão na 2ª conferência do Plano de Desenvolvimento Regional da Transamazônica e Xingu (PDRSX) tratou-se da resolução estadual 127/2016 que tem como objetivo até 2030 de valorizar e aumentar para 57% a produção sustentável via incentivos fiscais de crédito ao produtor rural, segundo a Secretaria de Estado Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME).

A ideia do projeto apareceu a partir do acesso aos conhecimentos sobre as experiências existentes na Transamazônica, como o projeto de “verticalização da produção orgânica”, no qual foram criadas 08 cooperativas de produção orgânica, contratando uma agência de certificação – IMO- que em três anos emitiu o selo de 150 propriedades produtoras em diversas atividades. Entre os feitos está a criação da primeira fábrica de chocolate da região no município de Medicilândia no ano de (2010) e ainda a Central de Cooperativas de Produção Orgânica, além do Projeto de Fomento às Atividades Produtivas (033/2013).

Estes são projetos que foram implementadas pelos movimentos sociais e agricultores e agricultoras, pessoas inovadoras no enfrentamento às estratégias políticas do agronegócio. Foi enfatizada na obra de Pinto (2014) "O Fim da Amazônia" como a grande propriedade domina o modelo das políticas de desenvolvimento implantadas na região da Transamazônica:

Esses modelos de desenvolvimento podiam chegar aos seus objetivos, com o tempo mais demorado e alto custo inicial. Mas o que o governo mais queria da Amazônia era que gerasse dólar. Agricultura familiar coloca comida na mesa do mercado interno, mas não é exportadora com uma dívida externa fora do controle e sem poupança própria, o Brasil grande da geopolítica dependia da nova fronteira. Ao invés de colonos em pequenos lotes, a prioridade passou a ser a grande propriedade comercial o Agronegócio (PINTO, 2014, p.82).

Como forma de apoio ao campesinato regional, surgem as cooperativas e associações, que a exemplo das Casas Familiares Rurais (CFR's), trouxeram novos conceitos ambientais para os agricultores, que passaram a aplicar novas práticas de produção nas lavouras, respeitando o meio ambiente.

A produção de orgânicos ganha espaço a partir de 1997, com as pressões dos movimentos ambientalistas, e em 02/03/2006 a comunidade Miguel Gustavo forma o primeiro grupo de produtores orgânicos da Transamazônica.

A idealização da primeira Casa Familiar Rural (CFRs) na comunidade Miguel Gustavo em novembro de 1995 foi resultado de trocas de experiências entre as Casas Familiares já existente no Sul do país e também da França, que teve sua construção pela sociedade civil francesa Secretariat Central D' Iniciatives Rurales (SCIR), e no ano de 1991 surge no Brasil por meio de pastorais, movimentos sociais, e camponeses como a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) envolvendo na discussão com o STR, UFPA, MPST, governo e entidades francesas, e instituições governamentais municipais, estaduais e federais, assim como envolveu a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e outras Casas Familiares do Norte, representadas pela Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR).

Por serem pioneiros nessas políticas e ações afirmativas, os agricultores da comunidade têm experiências de roças orgânicas, mas esbarram nas burocracias das leis para terem seus produtos reconhecidos e comprovados como orgânicos. Por estes terem um produto de qualidade que as vezes não se tem a valorização dos mesmos, os agricultores acreditam que o Projeto Cultivo Agroecológico viabilizará a produção, e em reunião com a Cooperativa de Produtos Orgânicos fecharam uma parceria para desenvolver a produção local, pela qual o projeto será enviado para o edital do Fundo Dema.

O Fundo Dema surge em 2003 pelas entidades do movimento social por meio da evolução do Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica, que passa a depender de amparos jurídicos para a organização de luta e empoderamento, se transformando no Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu. Um dos coordenadores do MPST foi o mártir Ademir Alfeu Federicci, engajado nas lutas das Comunidades Eclesiais de Base e na defesa da floresta amazônica para a produção familiar.

Como cultivo agroecológico será adotado o conceito de Clement, no qual:

Entende-se por cultivo agroecológico todas as formas de cultivar que levem em consideração o uso de práticas tradicionais que mantenham a agrobiodiversidade e a sustentabilidade ambiental e produtiva do meio, e que são passadas de geração a geração às populações que trabalham com as sociedades indígenas e não indígenas, continuam cultivando e utilizando uma grande diversidade de plantas, entre as quais algumas se transformam em alimentos e remédios para toda humanidade (CLEMENT, 1999).

A agroecologia é a base da conservação dos recursos naturais e através dela é possível trabalhar as práticas verdadeiramente sustentáveis frente a algumas práticas disfarçadas de sustentabilidade que são apropriadas pelo agronegócio. A exemplo de municípios que destroem a natureza para práticas de produção pecuária ou de grãos em larga escala e ainda ganha selo de município verde.

Descreve Miguel Altieri, em sua obra *Agroecologia: a dinâmica da Agricultura sustentável*, que os cultivos e a sobrevivência dos povos tradicionais vai além das técnicas agrícolas e que o econômico perpassa pela conservação socioambiental:

A agroecologia fornece princípios ecológicos básicos para estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justo e economicamente viáveis (ALTIERI, 2004, p.21).

Atualmente, as ações realizadas para a formação de associações e cooperativas que eram ligadas a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) passaram para a Central das Cooperativas de Produção Orgânica devido ao projeto Cacau Orgânico ter avançado na região. A Central de Cooperativas começou a trabalhar com outros produtores e projetos, como o projeto governança e produção de grãos. Assim, o projeto cultivo agroecológico avança numa perspectiva de

trabalhar com todas as comunidades tradicionais uma vez que é voltada para a Agricultura Familiar e para implantar roças em sistemas agroflorestais (SAFs).

Uma das prioridades é dialogar e trocar saberes com os agricultores que usam agrotóxicos e faz práticas de queimadas para que reflitam sobre essas atitudes que destroem a natureza, fornecendo incentivos financeiros para compra de equipamentos, telas, coberturas, canos de irrigações, pulverizadores, raladores de mandioca, moinhos para trituração de grãos e máquinas despulpadoras de frutas e de embalagens. Outro incentivo a ser destacado é debater que os alimentos orgânicos podem atingir uma valorização de mercado de até 100%, com demandas em escolas, restaurantes e hospitais.

De acordo com o Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 são considerados como sistemas de produção orgânica:

[...] todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2007, p.1).

No mercado, os consumidores são bastante exigentes e por isso os agricultores têm que se adequarem para ter seus produtos valorizados e reconhecidos, pois o que está em jogo é a qualidade de vida do ser humano. Por outro lado, o agricultor precisa comprovar a qualidade do seu produto para vender nas feiras ou até mesmo exportá-los e para isso precisa ter condições para atender as normas da Vigilância Sanitária.

Os selos são umas das formas pelos quais o produto possa ser reconhecido. Para isto, pode-se conseguir por meio de Lei de Código de meio Ambiente no Município, além da Estadual. Que certifique o produto para que o agricultor acesse o mercado de acordo com os avanços de nossa sociedade. A Lei de Código de Meio Ambiente do Município de Medicilândia de Nº 413, de 2013 dispõem:

Art.1º: Este Código, Fundamentado na Legislação e nas necessidades locais, regula a ação Pública do Município de Medicilândia, estabelecendo normas da gestão Ambiental, para a preservação, Conservação, defesa, melhoria, recuperação, proteção

dos recursos ambientais, controle das fontes poluidoras e do meio ambiente equilibrado, bem do uso comum do povo essencial a qualidade de vida, de forma a garantir o desenvolvimento Sustentável. (Medicilândia, 2013, p. 1).

Indica alguns mecanismos para a vigilância sanitária e nas vertentes de outras esferas.

Artigo 20: Os órgãos de vigilância sanitária estaduais, municipais poderão criar os próprios cadastros de empreendimentos econômicos e solidários. A partir do: I cadastro do Sistema de Informações em economia Solidária (SIES); II Cadastro do Conselho Nacional e Estadual ou Municipal da Economia Solidaria da RDC, (MEDICILÂNDIA, 49, 2013).

Contudo, não se trata de imposição burocrática de normativas, mas de uma concepção produtiva da autossuficiência alimentar. Isto significa que se o agricultor beneficia um produto in natura não é necessário que este produto passe por uma série de conservantes para ser preservado, no entanto, uma simples fervura numa pequena máquina faz com que esse produto esteja higienizado e propício para a alimentação sem que afete a saúde humana. Um exemplo é o açaí, já que se o barbeiro inseto transmissor da doença de chagas pousar no fruto do açaí e ao extrair o vinho vier a ser esmagado sem que passe por um processo de aplicação de cloro, o consumidor poderá contrair a doença .

Mas o que não pode é descartar o alimento natural e substituí-los por produtos enlatados com conservantes que em muitos casos interfere nos hormônios dos seres humanos causando até nódulos inflamatórios no corpo e que são passados por nutricionistas para instituições escolares. Assim, qualquer produto alimentício industrializado ou in natura sem a devida regularização pode causar danos e alguns produtos como mel, aguardentes para combater e evitar doenças não podem ser desconsiderados. E quando se trata da questão econômica, o produto colocado numa embalagem adequada com as informações nos rótulos, explicando a origem do produto, garantem uma aceitação e confiabilidade.

1.5 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral é implantar roças orgânicas visando garantir a autossuficiência alimentar, qualidade de vida e renda para os agricultores familiares, contribuindo para a conservação do meio ambiente e diversificação da produção para diminuir a monocultura na Agricultura familiar.

1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Implantar produção de alimentos em roças orgânicas;
- Assegurar assistência técnica para produção de alimentos orgânicos, pelo acompanhamento aos plantios e manejo de parcelas de cultivos agroecológicos;
- Fornecimento de equipamentos tecnológicos para a produção agrícola;
- Garantir a autossuficiência e agregar valor aos produtos.

2. METODOLOGIA

Nos tempos-comunidades do curso de Etnodesenvolvimento foram realizadas diversas pesquisas de campo que geraram dados qualitativos e quantitativos, por meio de entrevistas e diálogos com os moradores. Foi discutido em reunião, em encontros formais, visitando as casas dos camponeses, em mutirões e com pessoas ligadas às instituições, escolas, cooperativas e associações comunitárias. Foram aproveitados diversos momentos como as conversas informais na fresca da varanda, debaixo das sombras dos pomares em meio aos mutirões para fazer pamonhas de milho ou colheita de cacau, escutando prosas das mulheres, das crianças, dos jovens e adultos (APÊNDICE B e C).

Desta maneira foi possível sistematizar o interesse da comunidade no que se refere ao modo de produzir, a cultura de vida no campo, ao levantarem propostas e desafios para o avanço das políticas públicas e das ações afirmativas para o campesinato.

Por meio desses levantamentos, os agricultores da referida comunidade que moram nas chamadas terras brancas formada pelos solos latossolos, mesmo sem acompanhamento técnico e sem a garantia de viabilidade econômica vem tendo uma produção satisfatória na lavoura de cacau, que geralmente é plantado nas terras roxas (Nitossolos) que detém uma composição de fertilidade química mais propícia que as terras brancas ou mista.

A elaboração do projeto foi feito com os agricultores recolhendo informações básicas a respeito da região e de cada propriedade sobre a melhor forma de ser implantado. Houve também a participação feminina e dos jovens para que esses

sejam inseridos no projeto, por meio dessa linha de incentivos. Também despertou o interesse de cultivar outras espécies desde a produção de grãos para criação de pequenos animais até a produção de lavouras perenes para recuperação de áreas degradadas misturadas com essências florestais no caso da bananicultura, que vem sendo desenvolvida na nossa região. O cacau é um cultivo de fácil manuseio e bem adaptada para ser trabalhada no sistema de roças sem queimar, uma vez que é uma excelente produtora de matéria orgânica e sombreamento de solo.

O projeto Cultivo agroecológico está na fase de implantação. Estamos em parcerias com a Cooperativa de Produtos Orgânicos da Amazônia (COPOAM), que surgiu com a parceria da Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) responsável para incentivar as associações dos movimentos sociais dos camponeses, buscando orientações para dialogar com as práticas dos saberes dos agricultores e as dos parceiros técnicos envolvidos no projeto.

A Cooperativa de Produtos Orgânicos da Amazônia será uma das instituições orientadoras dos agricultores e fará a comercialização dos produtos orgânicos devidamente comprovados pelo selo orgânico municipal por meio da fiscalização da vigilância sanitária.

2.1 DETALHAMENTO DAS AÇÕES E ORÇAMENTO

O projeto será iniciado nos sítios e chácaras dos agricultores e se baseia nos ensinamentos aprendidos no curso de Etnodesenvolvimento e nos conhecimentos e reconhecimento das práticas tradicionais desenvolvidas com os agricultores, com a implantação de roça orgânica, em que poderão fazer os plantios de cultivos perenes como o cacau, café, banana e cultivos temporários de plantios de mandioca, arroz, feijão, milho, abacaxi, frutas, verduras, legumes e outros vegetais que sejam convencionais e que sejam encontrados nos quintais dos agricultores.

Pois, desta maneira se trabalha a conservação do meio ambiente e diversifica de modo que se mantém e permanecem a natureza e sociedade em harmonia na interação de suas relações socioambiental econômica e social.

E, para isso temos que produzir os alimentos orgânicos, investindo na qualidade dos produtos, pois, os ganhos serão em um produto que vai agregar valor

e atender demanda. E assim, trabalhar novas práticas de produção orgânica desenvolvendo adubações e produtos naturais para combate das infestações de pragas e doenças nas roças, aplicando de maneira gradual nas roças que sofreram com as propagações dos produtos agroquímicos.

Para isto, precisaremos de pessoas qualificadas para desenvolver técnicas relacionadas à produção de bio-orgânico, juntamente com os agricultores familiares, para que o trabalho esteja de acordo com as finalidades do projeto, inclusive as regularizações dos sítios de acordo com as exigências de meio ambiente, em que estejam os Licenciamentos Ambientais Rurais- LAR e Cadastro Ambiental Rural (CAR). Outra contribuição do projeto é que os agricultores envolvidos terão acompanhamento e orientações para melhorar a produção e a qualidade dos produtos agrícolas de maneira ecológica e sustentável, sem lançar CO² na atmosfera para que se viabilize adoção de novos modelos de uso da terra e ganhos ecológicos e econômicos com manejos de recursos naturais.

Inicialmente o projeto contará com seis famílias, mas pode expandir para outras famílias e também para os cooperados da cooperativa apoiadora deste referido projeto. No momento, as seis famílias dispostas a trabalhar com o projeto estão discriminadas no Quadro 1.

Quadro 1. Famílias participantes do projeto

Famílias	Demandas	Pessoas envolvidas
Wending	Banana com essência florestal	4
Gerhardth	Cacau com essência florestal	3
Marcelino	Criação de pequenos animais	3
Silva	Cacau e banana com essência florestal	2
Medina	Banana com essências florestais	4
Filho	Banana com essências florestais	2
Total		18

Quando se trata das famílias envolvidas no projeto um dos membros da família seja pai, mãe, filho ou filha será o responsável por trabalhar no mesmo, e se tratando de agricultura familiar, os demais são beneficiados e por isso resultou nessa soma total de 18 pessoas. Assim, os responsáveis pelas atividades do projeto são os pais de cada família participante, em algumas dessas famílias são as mulheres que administram as atividades ou um jovem da família, uma vez que temos casais jovens e idosos entre 28 e 60 anos, como relata um dos agricultores:

Tenho 56 anos, agora são meus filhos que estão a frente dos trabalhos. Temos algumas coisinhas, porcos, patos e galinhas, café, cacau, vários ipês plantados nas lavouras, mas a área está toda ocupada, tenho criação de pequenos animais, mas tudo é conquistado com dificuldade, não tenho incentivo de nada. (A. Marcelino, produtor do Km100 Norte).

Então é necessário que não só as entidades civis atendam essas populações, mas que o estado reconheça e traga ações para que se desenvolva a produção da agricultura familiar.

2.1.1 Cultivo de cacau

a) Preparo da área

Os agricultores decidiram trabalhar práticas produtivas e novos plantios em áreas antropizadas, ou seja, na capoeira, evitando novo desmatamento, pois não quiseram trabalhar a técnica de cabruca por não estarem habituados com esse sistema, assim não mexeria na áreas de Preservação Permanente (APPs) e nem nas Reservas Legais (RLs).

A roçagem é iniciada nos meses de agosto e setembro, e no mês seguinte retira a vegetação realizando as coivaras ou a destoca e leirando esses compostos, plantado diretamente a espécie que fora escolhida.

Há também o interesse de utilizar as áreas de pastos através da eliminação do capim por roçagem e capina, mas as gramíneas são bem resistentes e uma das soluções é a queima para não utilizar herbicidas.

Este projeto será apresentado para o Fundo Dema, sendo que a data de abertura do edital está prevista para o dia 20 de dezembro ou 10 de janeiro de 2018 e a execução se dará de 20 de setembro de 2018 a 06 de junho de 2019.

O orçamento foi pensado conforme a demanda dos agricultores numa contrapartida que os mesmos possam compartilhar, por meio de seus conhecimentos.

A pesquisa de preços foi feita no comércio local de Medicilândia e nas instituições que possam oferecer serviços públicos aos agricultores tanto material e humano, para que possa ser desenvolvido os projetos dentro do conhecimento científico e de um planejamento para que as pessoas inseridas não pereçam na

execução dos trabalhos. O quadro 2 apresenta os recursos necessários para a implantação das roças orgânicas.

Quadro 2. Cacau em terra branca em um hectare.

Atividade	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Total (R\$)
Sacos p/ mudas	Milheiro	1,5	35,00	50,00
Análise de solo	Unidade	6	32,00	192
Mão de obra	Diária	10	60,00	600,00
Composto orgânico	Diária	5	60,00	300,00
Mudas	Unidade	1.000	1,00	1.000,00
Mudas de banana	Unidade	500,00	1,00	500,00
Destoca	Horas	6	240,00	1.442,00
Leira	Horas	6	240,00	1.442,00
Covas	Diária	6	60,00	360,00
Plantio de bananas	Diária	6	60,00	360,00
Retirada após 2 anos	Diária	3	60,00	180,00
Capina	Diária	5	60,00	300,00
Plantio de Cacau	Diária	5	60,00	300,00
Roço primeiro ano	Diária	20	60,00	1.200,00
Roço segundo ano	Diária	10	150,00	1.500
Roço terceiro ano	Diária	10	150,00	1.500
Poda de formação	Pés de cacau	1.000,00	1	1.000,00
Desbrota três ao ano	Diária	2	60,00	120,00
Calda biológica coleta	Diária	2	60,00	120,00
Cachos de bananas	Cachos	100,00	4,00	400,00
Urina de gado	Litros	400,00	1,00	400,00
Esterco para adubação	Sacos	10	10,00	100,00
Adubo liquido orgânico	Litros	180 00	5 litros	648
TOTAL				R\$ 13.914

b) Produção de mudas cacau (*Theobroma cacao*).

Atualmente os agricultores das terras brancas tem resultados satisfatórios fazendo a adubação com insumos externos no início do plantio, nas covas de 40 cm de profundidade por 40 cm de largura de 3m x 3m ou 4m x 4m entre linhas, e coroando as mudas com o consórcio temporário com bananeiras, ficando o cacau mais protegido do calor que infiltra nas terras brancas com mais facilidade, e assim, evitando a queima das folhas e raízes. O plantio para o cacau com essência florestal pode ser plantado no espaçamento de 3x3 metros, com as plantas companheiras numa distância de 6x6 metros. Enquanto a planta é nova o sombreamento provisório é aconselhado para diminuir pragas como a tripés (*Monalonion*) que atinge até mesmo com o sombreamento definitivo. Os agricultores que plantaram cacau em terra mista perceberam que o consórcio provisório com banana serviu para ajudar na formação do cacau e fonte financeira, pois o cacho de banana é vendido em torno de R\$ 4,00 na propriedade do produtor e a bananeira é uma excelente protetora do solo e se dar muito bem com as variedades de essência florestal e espécies frutíferas. O seu manejo é fácil e tem um retorno rápido de produção, sendo bastante usada para recuperação de solos compactado por gado, além de ser um alimento bem aceito.

Os agricultores perceberam que nos latossolos o cacau adquire uma folhagem melhor, propiciando uma boa formação da planta, mas é necessário que seja utilizado um consorcio de espécies florestais no caso do açai e do cumaru para proteger as lavouras do cacau.

Devido a CEPLAC não conseguir a demanda para todos os agricultores é corriqueiro os agricultores colherem as sementes com os vizinhos, escolhendo as roças mais produtivas e menos afetadas por doenças, fazendo seleção das sementes que são colocadas em compostos de 70% de terra e 30% de esterco colocados em sacos de polietilenos de 15 x 25 cm, em algumas espécies de plantas essa medidas e o compostos orgânicos podem variar. Antes destes processos as sementes são colocadas num determinado solo para germinação e a proteção dessas mudas são, cobertas com palhas de palmeiras para não morrer pelo excesso de calor.

c) Tratos Culturais

Dependendo da espécie, os tratos culturais variam na profundidade que a planta vai ser plantada, a largura e a poda e o tempo que se levará para frutificar, assim como, algumas plantas precisam de sombreamento provisório e definitivo, a exemplo do cacau, café e do cupuaçu.

Além dos consórcios de espécies para diversificar a produção deve-se nos primeiros anos fazer a roçagem para combater plantas invasoras, entre duas ou três vezes nos primeiros cinco anos, depois basta um roço por ano e limpeza de brotos indesejáveis e outras parasitas que retiram os nutrientes da planta.

Também são realizadas as podas de formação que consistem na retirada de ramos que diminuem a produtividade, eliminando o fungo (vassoura de bruxa) causadora de deformação no fruto e melhorando a entrada de luz e ar para arejo da lavoura. Outra doença é a podridão parda que atinge o fruto em 30% da produção ficando imprópria para o benefício. O Agricultor Silvano Gerhardt relatou:

Tenho cacau com essência florestal. Nele tem abacates, açai plantados e adubei com esterco de gado. É em terra branca, são 2000 mil pés bem formados, nunca utilizei neles químicos ou herbicidas, não tenho uma grande produção, mas serve para a renda de casa e quero plantar mais mil pés.

Fica evidente que esta é uma estratégia econômica e social ligadas às práticas de conservação do meio ambiente numa forma de se pensar novos conceitos na Amazônia das estradas, especialmente na Transamazônica que teve subsídios voltados para práticas pecuarista e que a partir das práticas sustentáveis permanece com a autenticidade de seu povo de não desistir da agricultura familiar da Amazônia.

2.1.2 Criação de aves caipira

A produção para pequenos animais é importante para garantir a diversidade da lavoura branca, uma vez que a mesma está diminuindo devido à falta de floresta que deu lugar à expansão das lavouras permanentes. Esta questão foi argumento sustentado na fala do Agricultor Leandro Silva:

A terra de meu pai é pequena, ele tem cinco mil pés de cacau e o espaço que cabe só mais três mil e cedeu para mim e meu irmão. Ele é interessado para criar pequenos animais; tem até um galinheiro e um baia de porcos. Falei com ele que não vamos utilizar o espaço todo, pois precisamos para colher milho e feijão, ele cria galinhas, porcos e compra de fora o milho e o cuim. A estrutura custa caro, pois não temos madeira suficiente para montar uma estrutura de

prole e se as madeiras como pequi, castanha e ipê nos usar vai acabar; é uma árvore de cada espécie não podemos destruir o que está escasso (Agricultor familiar da comunidade Miguel Gustavo).

As dificuldades desses agricultores estão na falta de terras e muito desses pequenos proprietários não recebem subsídios financeiros e assistência para produzir e vão trabalhar de diaristas ou de meeiros para aqueles que tem uma produtividade maior para garantir as despesas do lar. Assim a criação de pequenos animais garante a complementação alimentar e gera renda extra para mulher e o jovem agricultor que não vive da prestação de serviços em empresas e instituições. A seguir será mostrado no quadro 3 o orçamento para criação de aves.

Quadro 3. Para criação de 100 aves caipira

Descrição	Unidade	Quantidade	Custo unitário R\$	Custo total
Madeira	Metro	01	800	800
Telha	Unidade	45	14	580
Tela fina	Metro	30	6,00	180
Tela Grossa	Metro	110	5,00	550
Grampo	Quilo	1	14,00	14,00
Prego18 x 24	Quilo	2	14	28
Prego19 x 36	Quilo	2	14	28
Lâmpada	Unidade	3	10,00	30
Fio	Unidade	50	5	250
Triturador	Unidade	1	1.500	1.500
Quirela Milho	Unidade	3	40	75
Cano de PVC 100 mm	Unidade	1	50	50
Comedouro	Unidade	3	20	60
Bebedouro infantil	Unidade	2	20	40
Dobradiças	Pares	5	6	30
Tijolo	Unidade	500	0,60	325
Cimento	Unidade	5	35	175
Lona	Metro	32	2,50	70
Pinto p/abate	Unidade	100	5	500
Obra	Diária	5	100	500
Limpeza e obra do piquete	Diária	11	60	660
Milho p/engorda	Quilo	500	2,00	1.000
Ração	Kg	200	3,00	600
Total				R\$ 8.045

As estruturas dependem de galinheiro e quintais de pastejo e lavouras, pois estas podem ser criadas soltas e são importantes para controle de insetos. O local

deve ser em terrenos planos que não venha causar altos custos. As construções têm que ser feitas no sentido leste – oeste, evitando calor e umidade (sol e chuva).

O seu manejo é fácil e tem um retorno rápido de produção, sendo bastante usada para recuperação de solos compactado por gado, além de ser um alimento bem aceito. É uma espécie que se associa a diversas variedades frutíferas como a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), copaíba (*Copaifera* ssp.), entre outras. Estrutura medindo 5 x 6 metros tem a capacidade de criar 240 pintos de modo que fica seguro para que não tenha ataque de predadores.

2.1.3 Plantio de banana consorciado com espécie florestal

Então, o produtor quer produzir os subprodutos in natura beneficiando na própria residência por meio de mini agroindústrias, assim terá melhor aproveitamento e agregação de valores, adquirindo autossuficiência alimentar, repassando a produção para abastecer a economia interna e permanecendo o agricultor no campo, como relatado no diálogo com o agricultor Antônio José Ferreira de Sousa Filho:

A frente de minha casa só era pastagem não tinha frutas, não tinha nada, então plantei cacau na terra mista, consorciei com bananas e vendi muitas bananas, acabei com elas no meio do cacau, mas reservei 12 tarefas para plantar a metade de bananas e a outra para plantar feijão, milho e macaxeira tudo perto de casa porque os caimitus não vêm atacarem e também mais perto de casa ficam melhor para escoar os alimentos. (Zé Filho).

Assim, são trabalhadas as práticas e experiências dos agricultores familiares na Transamazônica desde os anos 70. São os agricultores os grandes responsáveis pelos avanços na agricultura e aprenderam bastante com conceitos estudados na casa familiar e do aprendizado repassado de pais para filhos, assim como a partir da relação com as técnicas científicas disseminadas pelas instituições como a Embrapa, CEPLAC, EMATER e IBAMA. Como diz Rocha em relação às mudanças nas práticas de agricultores familiares na região:

O que é evidente é que existe o descompasso entre a lei e as condições reais para consolidar mudanças duradouras nas práticas e percepções da maioria dos agricultores porque as instituições responsáveis pela regularização ambiental e fundiária, as instituições financeiras e de assistência técnica não estão organizadas para implementar os programas e não estão engajadas nas alternativas sócio produtiva (ROCHA, 2014).

Basta observar que os agricultores querem conservar, preservar e dar qualidade aos produtos retirados de suas propriedades e muitas vezes se sentem desprotegidos e desamparados. O governo quer tudo legal, preservado, mas as ações do Estado não chegam e muitas vezes quando chegam não é para orientar, mas para tratar mal e punir. O fiscal ambiental não vai para orientar, vai para defender o governo, no entanto, o agricultor também não pode achar que todas as normativas são para impedir de produzir uma vez que legalizando suas terras, demarcando, licenciando e recebendo orientações necessárias para sua forma de trabalhar, deveria garantir que tenham acessos aos subsídios, créditos e projetos, além de outros direitos.

No Quadro 4 está apresentado o orçamento para implantar um hectare de banana e espécies florestais e equipamentos para selar e embalar a banana beneficiada.

Quadro 4. Banana com essência Florestal (1 hectare)

Atividade	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Total
Mudas	Milheiro	15	1	1500
Análise de solo	Unidade	6	32	192
Abertura de covas	Diárias	6	60	360
Plantio	Diárias	6	60	360
Adubo orgânico líquido	Litro	6	100	600
Esterco bovino	Saca de 50 Kg	100	10	1000
Destoca	Horas/Trator	6	270	1442
Leira	Horas/trator	6	270	1442
Máquina de selar e embalar	Unidade	1	7000	7000
TOTAL				R\$ 13.396

2.1.4 Cultivo e manejo de açaí

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) é uma das palmeiras que tem o fruto mais apreciado pelos povos Amazônicos e uma espécie muito encontrada no Oeste paraense, com uma produtividade de 4 cachos por touceiras ao ano e com uma gama de variedades. Na região de Medicilândia os açaizeiros são encontrados em terras firmes e nas várzeas dos igarapés.

Atualmente estão sendo plantados em sistema agroflorestal, consorciado e na monocultura de açaí para cobrir áreas antropizadas, e no consórcio de cacau para proteger a lavoura que vem sofrendo com as altas temperaturas. E também está sendo uma complementação alimentar e econômica, pois o manejo é de baixo custo e com um retorno a médio prazo do plantio do açaí cultivado.

Ao manejar a produção, fazendo desbaste, retirando o excesso de perfilhamento e deixando entre 3 e quatro estipes por touceira para serem cortadas quando estiverem adultas com 12 metros de altura. A limpeza consiste na retirada das folhas de cipós e cupinzeiros e também para facilitar o trabalho e o raleamento das árvores para não comprometer os raios solares que necessitam e evitando o uso de produtos que possam contaminar a água nas baixadas de solos.

3. CRONOGRAMA DE AÇÃO

O cronograma de ação leva em consideração a instabilidade climática da região Amazônica de clima tropical quente e úmido que é considerado pelos povos nortistas como verão e Inverno Amazônico. Nessa estação única em que num período chove muito e outro as chuvas são mais escassas, fazendo com as pessoas se preparam para os trabalhos, e onde muitas das vezes, a natureza é que rege sobre as ações a serem realizadas. No ano de 2017 foram iniciadas as ações.

Já foram realizadas negociações para ações do projeto por meio de reuniões para que os agricultores conhecessem o funcionamento dos trabalhos realizados pelo Fundo Dema e o Seminário com a proponente para tratar da parceria e das responsabilidades entre as partes envolvidas. O edital do Fundo Dema foi lançado dia 29 de Janeiro de 2018 e a avaliação está prevista para 3 a 11 de março, com a execução do projeto a partir de junho de 2019, este cronograma adequa o calendário dos agricultores ao cronograma do Fundo Dema conforme o (quadro 5).

Quadro 5. Plano de realização das ações para o ano de 2017 e 2018

	Ano 2017		Ano 2018		2019
Maio-agosto	Setembro	Outubro	Janeiro	Março	Junho
Negociação	- Reunião com os agricultores	- Seminário com a (COPOAM) proponente	Abertura do edital - 29 de Janeiro	Dia 03 a 11 entrega documentos	Execução do Projeto

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Etnodesenvolvimento tem na essência a formação acadêmica para povos Indígenas e Comunidades Tradicionais assegurados nas normativas e leis por meio da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) amparada na Constituição Federal de 1988. O mesmo busca preparar o Etnogestor para trabalhar na proteção e desenvolvimento das comunidades tradicionais com o compromisso de acompanhamento das políticas públicas e ações afirmativas numa perspectiva diferenciada e como alternativa frente ao modelo capitalista e que contribuiu para elaborar este Projeto Respeitando o meio ambiente e garantido o direito das etnias e de suas comunidades.

As dificuldades para construir o projeto ocorreram devido a agenda de trabalho das entidades envolvidas que dificultou as reuniões. Em relação às entidades e famílias, as dificuldades foram para adequar pessoas que não eram sócias da proponente, uma vez que o projeto contempla a ambos.

As discussões para fazer com que o projeto fosse construído e a jornada de trabalho trouxeram um aprendizado que mostra que a participação, o saber ouvir as pessoas, lideranças de diversas entidades, parceiros, fizeram com que a defesa das comunidades deva ser feita não apenas pelo embate, mas por intermédio do conhecimento, do diálogo. O processo não foi fácil, e nem poderia ser, e o legado que deixa é o compromisso com aqueles que defendem a dignidade como cada um merece.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Raimundo Nonato Bravo, **Roça sem Fogo: Alternativa Agroecológica para a Agricultura Familiar/** Belém, PA: **Embrapa Amazônia Oriental** 2011.
- ALTIERI, Miguel Agroecologia: **A dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável** Miguel / Altieri- 4.ed.- Porto Alegre: Editora da UFERGS, 2004
- Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. (**ANVISA**) Normativa da resolução da Diretoria Colegiada RDC 49, de 31/10/2013.
- AZANHA, Gilberto. 2002. Etnodesenvolvimento, Mercado e Mecanismos de Fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil” IN Souza Lima, Antônio Carlos; & Barroso-Hoffmann, Maria (Orgs.). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política Indigenista. Rio de Janeiro. Editora Santa Cruz Belém – Pará 2015.
- BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 dezembro de 2003. Disponível em. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm> . Acesso em: 08 de nov. 2016.
- CHAVES, M.do P.S.R.De “Cativo” a “Liberto”. O Processo de Constituição Sócio Histórica do Seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer 2011.
- CLEMENT, C, R, 1492 and The Loos of Amazonian Crop Genetic Resources.II crop biogeogrhry at Contactic, Econômic Botany, v.53 n.2 p 203-2016/1999.
- LAMARCHE, Hugges (Coord.). **A agricultura familiar: Comparação internacional – Do mito à realidade.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- MONTEIRO, Raimunda. **Informação e Redes de Interação no Novo Ciclos de Mobilizações dos Pequenos Agricultores da Transamazônica.** Dissertação (mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará. PLADES/NAFA, 1996.
- PINTO, Lúcio Flavio, **O fim da Amazônia:** grilagem e desmatamento/Prefácio de Rosa Elizabeth Marin-Manaus: UEA edições 2014.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. From resistance to reaction: styles of farming and rural livelihood of family farms in the South of Brazil. In: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, 22., 2007, Wageningen. Proceedings... Wageningen: ESRS, 2007.
- STEDILE, João Pedro, **Reflexões sobre as tendências do Capital na Agricultura e os desafios do Movimento Camponês na América Latina, Questão Agrária Contemporânea e os Movimentos Camponeses na América Latina.** IALA AMAZÔNICO 2014.
- ROCHA, C. G. **Reprodução Social e Práticas Sócios Produtivas de Agricultores No Pará,** editora Paco 2016 Jundiaí-SP
- SABLAYROLES, P.; ROCHA, C. **Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar na Transamazônica.** Belém: Pará: AFATRA, 37- 64p.

APÊNDICE

APÊNDICE A. Produção Orgânicas e Práticas agroecológicas de saberes tradicionais.



APÊNDICE B. Produção Orgânicas e práticas agroecológicas de saberes tradicionais.



Figura 3. Conversa no quintal e benzimentos

